

# A relação Trabalho e Educação em Marx, Engels e Gramsci: elementos para uma análise comparativa

Vitor Bemvindo\*  
Cosme Almeida\*\*  
Jullia Turrini \*\*\*

**Resumo:** O presente artigo busca fazer apontamentos sobre como Marx e Engels, inicialmente, e Gramsci, mais tarde, abordaram a relação entre trabalho e educação. O pouco espaço não permitirá uma análise comparativa aprofundada sobre as concepções marxiana e gramsciana da relação trabalho educação. Por isso, o que indicaremos serão alguns elementos que permitam ver aproximações na obra dos autores sobre o tema, além de apontar aprofundamentos e pontos de eventuais divergências entre Marx, Engels e Gramsci no que se refere ao caráter educativo do trabalho. O estudo fundamenta-se no materialismo histórico e dialético. Os dados resultam de pesquisa bibliográfica, com destaque para as obras dos autores supracitados, nas quais os aspectos educacionais têm maior incidência.

**Palavras-chave:** *Educação, Trabalho e Formação humana.*

**Abstract:** This article seeks to make notes about how Marx, Engels and Gramsci approached the relation between Work and Education. Due to the little space available on this article, it won be possible to do a comparative analysis on the Gramscian and Marxian conceptions between Education and Work. Therefore, we will indicate few elements that allow us to see similarities among different authors, besides

---

\* Doutorando em Educação na UFF. Pesquisador-auxiliar no Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio. E-mail: vitorbemvindo@yahoo.com.br.

\*\* Mestrando em Educação na UNIRIO. E-mail: cosmehist@hotmail.com.

\*\*\* Mestranda em Educação na UFF. Docente-residente no Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio. E-mail: julliaturriniuffj@hotmail.com .

studying the subject in-depth and indicating differences among Marx, Engels and Gramsci regarding the educational characteristic of the work. This study is based on dialectical and historical materialism. The Data derived from a bibliographical research, especially on works from these authors, in which the educational aspects have higher incidence.

**Keywords:** *Education, Work, Human Formation.*

## Introdução

A categoria trabalho ocupa lugar central no pensamento marxiano e marxista. Marx, Engels e boa parte dos pensadores marxistas dedicaram-se à análise do trabalho como elemento constitutivo da essência do homem enquanto ser social. A concepção marxiana de trabalho está calcada em três aspectos: a primeira diz respeito à diferenciação entre o homem e os demais animais, que se dá essencialmente por conta da possibilidade de transformação da natureza, associada ao trabalho. Em segundo lugar, a questão do trabalho ser uma condição necessária ao homem, independente do período histórico. E, por último, a questão do trabalho como forma histórica determinada pelos modos de produção da vida material. Assim sendo, Marx e Engels assumem a análise da categoria trabalho a partir de sua dimensão ontológica, ou seja, a partir da ideia de que é pelo trabalho que se constitui a vida humana ao longo da história.

Essa dimensão ontológica do trabalho é evidenciada por Marx em *O Capital*:

*Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil*

*para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 1996, p. 297)*

A partir dessa dimensão ontológica é possível inferir um caráter formativo e educativo do trabalho. Os próprios Marx e Engels reforçam esse caráter durante toda a sua obra. Essa relação entre trabalho e educação, apesar de não ter sido assunto de nenhum texto específico dos autores supracitados, aparece em diversas passagens na obra de ambos.

Essa acepção do trabalho como princípio educativo voltou a ser ressaltada na obra de diversos autores marxistas ao longo do tempo. Talvez aquele que mais se dedicou ao tema tenha sido o italiano Antonio Gramsci. O presente artigo pretende fazer apontamentos sobre como Marx e Engels, inicialmente, e Gramsci, mais tarde, abordaram a relação entre trabalho e educação. O pouco espaço não permitirá uma análise comparativa aprofundada sobre as concepções marxiana e gramsciana da relação entre trabalho e educação. Por isso, o que indicaremos serão alguns elementos que permitam ver aproximações na obra dos autores sobre o tema, além de apontar aprofundamentos e pontos de eventuais divergências entre Marx, Engels e Gramsci no que se refere ao caráter educativo do trabalho.

Para isso é necessário que a análise remeta sempre aos contextos históricos nos quais tais concepções foram elaboradas, de forma que sejam entendidas como construções históricas de um determinado momento. Por isso, é necessário se apoiar no referencial teórico-metodológico que os próprios autores em questão ajudaram a construir: o materialismo histórico e dialético.

Com isso será possível entender as contribuições de Marx, Engels e Gramsci como possíveis contribuições para a construção de novos horizontes para a educação de trabalhadores, sempre tendo em

conta as questões impostas pelo estágio atual do desenvolvimento das forças produtivas.

## A relação trabalho e educação na obra de Marx e Engels

Entre os autores marxistas originais, foi Friedrich Engels quem primeiro demonstrou preocupação com a questão da educação. Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1844, Engels demonstra a sua apreensão com as crianças e os jovens da classe trabalhadora que, já nas primeiras décadas do século XIX, desde muito cedo, dedicavam muitas horas dos seus dias ao trabalho produtivo nas fábricas. O autor denuncia que essa condição era extremamente prejudicial ao processo formativo desses jovens, já que os mesmos estavam submetidos a exaustivas jornadas de mais de dez horas de trabalho e, após isso, frequentavam escolas noturnas com instalações precárias e professores pouco preparados. Sua análise sobre a educação da classe trabalhadora aparece, portanto, inicialmente na crítica ao uso do trabalho infantil nas fábricas. Ideias similares são possíveis de se notar em *Princípios Básicos do Comunismo* (1847), onde ele defende: “educação de todas as crianças, a partir do momento em que podem passar sem os cuidados maternos, em estabelecimentos nacionais e a expensas do Estado”, e propõe a combinação entre “a educação e o trabalho fabril” (ENGELS, 2006<sup>1</sup>).

Nesse mesmo texto, aparece a preocupação de Engels com a formação integral dos trabalhadores, já que, segundo ele, a divisão do trabalho imposta pelo modo de produção capitalista acaba por fragmentar a formação:

*A divisão do trabalho, minada já hoje pelas máquinas, que faz de um camponês, do outro sapateiro, do terceiro operário fabril, do quarto especulador de bolsa, desaparecerá, portanto, totalmente. A educação*

---

<sup>1</sup> Documento eletrônico sem paginação. O trecho citado encontra-se na resposta para a 18ª pergunta: “Que curso de desenvolvimento tomará essa revolução?”.

*permitirá aos jovens passar rapidamente por todo o sistema de produção; colocá-los-á em condições de passar sucessivamente de um ramo de produção para outro, conforme o proporcionem as necessidades da sociedade ou as suas próprias inclinações. Retirar-lhes-á, portanto, o carácter unilateral que a atual divisão do trabalho impõe a cada um deles. Deste modo, a sociedade organizada numa base comunista dará aos seus membros oportunidade de porem em ação, integralmente, as suas aptidões integralmente desenvolvidas (ENGELS, 2006, grifo meu).*

É importante notar que os pressupostos da educação para os trabalhadores, defendidos por Engels, são formulados tendo como ponto de partida a crítica da realidade imposta pelo modo de produção capitalista daquele momento histórico. A partir dessa crítica, o autor desenvolve ideias de como deveria ser a educação para os trabalhadores em uma futura sociedade, na qual a divisão social do trabalho não existiria. Isso fica evidente no trecho supracitado e no seguinte, quando defende que nessa sociedade comunista haverá: “o desenvolvimento onilateral das capacidades de todos os membros da sociedade, mediante a eliminação da divisão do trabalho até agora existente, mediante o ensino industrial<sup>2</sup>, mediante o alternar-se das atividades (...)” (ENGELS, 2006).

Já no *Manifesto Comunista*, ambos defenderão a “educação pública e gratuita a todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje” e a “combinação da educação com a produção material” (MARX, ENGELS, 2010, p. 58).

---

<sup>2</sup>Sobre a questão do ensino industrial, Manacorda aponta que foi sobre essa denominação que Engels defendera a união de ensino e trabalho produtivo. Manacorda afirma que o ensino industrial tem um caráter “utópico e reformista”, dado pela apropriação deste termo pela burguesia que teria como prática a alternância dos operários nos postos de trabalho. Antes de ter um caráter formativo e de compreensão integral do processo produtivo, esta forma de organização da dinâmica da produção está mais em concordância com as práticas de exploração do trabalho (MANACORDA, 2010, p. 42-43). Essa denominação de “ensino industrial”, no entanto, será mais tarde refutada por Engels, juntamente com Marx, no *Manifesto Comunista* (1848).

Algumas dessas ideias, no entanto, vão apresentar transformações ao longo do desenvolvimento do pensamento marxiano. Isso fica claro no que se refere à defesa da “abolição do trabalho infantil”. Há uma inflexão no que tange a esse tema, especialmente a partir de 1866, quando Marx escreve as *Instruções aos Delegados para o I Congresso Internacional dos Trabalhadores*. A partir daí, nota-se que já não há a defesa da “eliminação do trabalho das crianças nas fábricas”, mas a aceitação do mesmo, desde que combinado ao processo educativo, como se pode ler no trecho:

*O operário não é um agente livre. Em demasiados casos, ele é até demasiado ignorante para compreender o verdadeiro interesse do seu filho, ou as condições normais do desenvolvimento humano. No entanto, a parte mais esclarecida da classe operária compreende inteiramente que o futuro da sua classe, e, por conseguinte, da humanidade, depende completamente da formação da geração operária nascente. Eles sabem, antes de tudo o mais, que as crianças e os jovens trabalhadores têm de ser salvos dos efeitos esmagadores do presente sistema. [...] Partindo deste ponto, dizemos que nenhum pai nem nenhum patrão deveria ser autorizado a usar trabalho juvenil, excepto quando combinado com educação (MARX, 2008<sup>3</sup>, grifo meu).*

Tão importante quanto notar a mudança na avaliação de Marx e Engels sobre a questão do trabalho infantil é entendê-la historicamente. Pode-se perceber que ela aparece como forma de garantir às crianças e aos jovens trabalhadores um trabalho que pudesse ter efetivo caráter formativo e educativo. Entre meados do século XIX o trabalho infantil era uma realidade difícil de ser revertida de imediato e, por isso, Marx passa a assumir que era necessário associar aquele trabalho, admitido como puramente exploratório, como algo que pudesse contribuir

---

<sup>3</sup> Documento eletrônico sem paginação. O trecho citado encontra-se no item 4: “Trabalho juvenil e infantil (ambos os sexos)”.

para a educação das crianças empregadas nas fábricas. A combinação do trabalho na fábrica com o processo formativo aparece como uma alternativa para o trabalho infantil. Manacorda ressalta que Marx proporá uma subdivisão das crianças, para fins de trabalhos, em três grupos etários: “dos 9 aos 12, dos 13 aos 15 e dos 16 aos 17 anos” “com horários diários, respectivamente, de 2, 4 e 6 horas”, combinando esse trabalho com atividades formativas (MANACORDA, 2010, p. 48).

Marx defende sua concepção de educação no seguinte trecho das *Instruções*:

*Por educação entendemos três coisas: Primeiramente: Educação mental. Segundo: Educação física, tal como é dada em escolas de ginástica e pelo exercício militar. Terceiro: Instrução tecnológica, que transmite os princípios gerais de todos os processos de produção e, simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios. Um curso gradual e progressivo de instrução mental, gímnica e tecnológica deve corresponder à classificação dos trabalhadores jovens. Os custos das escolas tecnológicas deveriam ser em parte pagos pela venda dos seus produtos. A combinação de trabalho produtivo pago, educação mental, exercício físico e instrução politécnica, elevará a classe operária bastante acima do nível das classes superior e média. É evidente que o emprego de todas as pessoas dos 9 aos 17 anos (inclusive) em trabalho noturno e em todos os ofícios nocivos à saúde tem de ser estritamente proibido por lei (MARX, 2008).*

A definição anterior é a mais elaborada consideração de Marx sobre educação em sua obra. No trecho é possível ter uma noção mais clara do que ele entende como relação entre trabalho e educação, na qual se percebe a importância da vinculação entre as questões relativas à associação da educação pelo e para o trabalho manual e o trabalho intelectual. Esses princípios compõem o que se convencionou chamar de educação politécnica, ou simplesmente politecnia. Aqui, politecnia assume uma concepção muito mais ampla do que a acepção

etimológica da palavra – várias técnicas – nos indica. Há um sentido político nessa ideia da educação politécnica que, segundo ressalta Saviani, diz respeito “ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno” (SAVIANI, 2003, p. 140).

Contudo, é importante salientar que todos os textos de Marx e Engels citados até agora fazem uma reflexão sobre o que deveria ser a educação em uma sociedade socialista. Isso quer dizer que os autores partem da realidade imposta pelo modo de produção capitalista, fazem a crítica a ela e propõem transformações da mesma, inclusive no que se refere à combinação entre trabalho e educação. No entanto, em *O Capital*, Marx vai defender a ideia de que as próprias contradições do modo de produção capitalista demandam outro modelo de educação para os trabalhadores, no qual a vinculação entre a produção e o processo formativo é um imperativo para a formação multilateral destes. Mas, ele ressalta que a divisão do trabalho então vigente não permitia esse tipo de ação com caráter educativo e que era tarefa da classe trabalhadora lutar por transformações nessas relações produtivas:

*(...) a grande indústria torna, por suas catástrofes mesmo, uma questão de vida ou morte reconhecer a mudança dos trabalhos, e portanto a maior polivalência possível dos trabalhadores, como lei geral e social da produção, adequando as condições à sua realização normal. Ela torna uma questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma miserável população trabalhadora em disponibilidade, mantida em reserva para as mutáveis necessidades de exploração do capital, pela disponibilidade absoluta do homem para as exigências variáveis do trabalho; o indivíduo-fragmento, o mero portador de uma função social de detalhe, pelo indivíduo totalmente desenvolvido, para o qual diferentes funções sociais são modos de atividade que se alternam. Um momento, espontaneamente desenvolvido com base na grande indústria, desse processo de revolucionamento são as escolas politécnicas e*



*agronômicas, outro são as [escolas de ensino profissional], em que filhos de trabalhadores recebem alguma instrução de tecnologia e de manejo prático dos diferentes instrumentos de produção. Se a legislação fabril, como primeira concessão penosamente arrancada ao capital, só conjuga ensino elementar com trabalho fabril, não há dúvida de que a inevitável conquista do poder político pela classe operária há de conquistar também para o ensino teórico e prático da tecnologia seu lugar nas escolas dos trabalhadores (MARX, 1996, p. 115-116).*

As últimas considerações sobre a articulação trabalho e educação feitas por Marx aparecem na *Crítica do Programa de Gotha*, quando o autor analisa o programa do Partido Operário Alemão, em 1875. Entre as proposições do dito partido, estão algumas propostas para a educação centradas na “educação popular universal sob incumbência do Estado”, na “escolarização universal obrigatória” e na “instrução gratuita”. A ausência de menção ao vínculo trabalho-educação é notada e criticada por Marx, que afirma que o partido “devia ao menos ter exigido escolas técnicas (teóricas e práticas) combinadas com a escola primária” (MARX, 2012, p. 45-46).

Por tudo o que foi dito, podemos resumir que a concepção de educação para Marx e Engels se concentra nos seguintes pressupostos: defesa da escola pública para a totalidade das crianças e jovens, articulação da educação (intelectual, corporal e tecnológica) com o trabalho produtivo. Essa proposta de educação permitiria acesso à classe trabalhadora aos conhecimentos historicamente acumulados, apropriados pela burguesia como meios de produção (SAVIANI, 2003, p. 149). Além disso, a associação do processo educativo à produção proporcionaria aos trabalhadores uma formação integral (onilateral) já que permitiria a estes uma compreensão global do processo produtivo.

No entanto, não se pode assumir essa concepção de educação sem considerar um horizonte de transformação mais amplo do modo de produção. A potencialidade da proposta de educação vinculada ao trabalho é deveras reduzida em uma sociedade baseada na divisão

social do trabalho e na estratificação social que opõem os proprietários dos meios de produção e os expropriados.

## **A relação trabalho e educação na obra de Gramsci**

Para compreender a base argumentativa que fundamenta a concepção de educação proposta por Antonio Gramsci é preciso recorrer a duas categorias fundamentais em sua obra: ideologia e hegemonia. Resumidamente, pode-se assumir que hegemonia, para Gramsci, consiste no processo pelo qual as classes dominantes conseguem fazer com que os seus projetos societários sejam compartilhados no senso comum, inclusive pelos dominados. Esse processo de hegemonia consiste, ao mesmo tempo, na construção de uma ideologia dominante e na desarticulação dos princípios ideológicos do grupo social antagônico, através do uso de mecanismos coercitivos e/ou de construção de consensos.

Nesse processo de construção de hegemonia, dois elementos têm papel fundamental: os intelectuais e os aparelhos de hegemonia. Os intelectuais atuam como formadores dessa cultura dominante e utilizam como instrumento dessa formação os aparelhos de hegemonia. Gramsci ressalta que esses intelectuais atuam, a partir desses aparelhos, na esfera da sociedade civil e, por isso, classifica-os como “privados” (GRAMSCI, 2004, p. 119).

Na prática, funcionam como difusores da cultura dominante efetiva. Entre eles estão sindicatos, associações, partidos políticos, movimentos sociais, instituições religiosas e a escola. Essa interpretação da escola enquanto aparelho de hegemonia é central na concepção pedagógica de Gramsci.

Sendo a escola um aparelho de hegemonia, assumirá, portanto, a ideologia da classe dominante – no caso da manutenção da hegemonia – ou da classe subalterna – caso se proponha enquanto contra-hegemônica. Gramsci analisa essa divisão no caso do capitalismo de sua época: “a divisão fundamental da escola em

clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se aos intelectuais” (GRAMSCI, 2004, p. 33).

Essa divisão é uma consequência do que ele convencionou chamar “crise escolar”, ocasionada pela constante criação de “um sistema de escolas particulares, específicas e especializadas”. Tal crise desembocou na “[...] tendência [...] de abolir qualquer tipo de escola ‘desinteressada’ [...] e ‘formativa’, ou de conservar apenas um seu reduzido exemplar, destinado a uma pequena elite”. A solução por ele proposta seria a criação de uma:

*(...) escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (GRAMSCI, 2004, p. 33).*

A proposição de uma nova concepção de educação parte do princípio de que a escola “clássica” encontrava-se, quando dos seus escritos, em uma crise que reflete um contexto histórico mais amplo, advindo das transformações ocorridas ao longo do desenvolvimento da atividade industrial durante o século XIX. A partir disso, Gramsci propõe uma concepção de escola e de educação que rompesse com o modelo vigente, a partir da releitura da relação ensino-trabalho proposta originalmente por Marx e, mais tarde, por Lenin.

Além disso, a escola proposta preconiza a formação de trabalhadores que sejam capazes de se tornarem dirigentes, alcançando, assim, a compreensão totalizante do processo produtivo por meio dos conhecimentos referentes às leis da natureza, das humanidades e da ordem legal que regula a vida em sociedade.

Gramsci, vivendo num contexto no qual o trabalho industrial já havia atingido um estágio muito avançado em seu processo de desenvolvimento, denuncia o problema da escola que forma para atender os interesses imediatos, ou seja, uma escola imediatista.

As crianças desde cedo seriam condicionadas a desenvolver determinadas aptidões com o intuito de ocupar posição previamente estabelecida. Contrário a isso, propõe a escola unitária que possibilitaria uma formação ampla desde as séries iniciais, até chegar o momento derradeiro de optar por uma formação profissional ou seguir uma carreira universitária. Para tanto, o trabalho como princípio educativo assume função importante como mediador do processo educativo. Em oposição à segmentação do trabalho manual e do trabalho intelectual, propõe uma formação que articule de forma indissociável as duas dimensões.

Assim sendo, argumenta em favor da escola em tempo integral, com dormitórios, bibliotecas, laboratórios, refeitórios, oficinas diversas e mantida pelo Estado e não mais pela família, pois isso possibilitaria romper com a barreira da desigualdade. Fixa as idades de formação de acordo com as condições econômicas gerais e propõe uma reorganização dos métodos de ensino e da disposição dos graus. O nível elementar duraria entre 3 e 4 anos, sendo responsável por promover as primeiras noções instrumentais da instrução (ler, escrever, fazer contas, história e geografia), além de dar ciência aos alunos dos seus direitos e deveres e das relações entre o Estado e a sociedade, porém sem orientação dogmática. O restante do curso perduraria por mais seis anos, tendo os alunos sua formatura aos 15 ou 16 anos de idade. Esta fase da formação consolidaria valores fundamentais do humanismo, como a autodisciplina intelectual e autonomia moral.

Por fim, Gramsci ressalta que a escola unitária deveria promover novas relações entre o trabalho intelectual e industrial na escola e na vida social, incentivando a responsabilidade autônoma, estimulando a atividade criadora e ativa por parte do aluno.

## **Considerações finais**

Considerando as análises aqui propostas da relação trabalho e educação nas obras de Marx, Engels e Gramsci, podem-se destacar

alguns elementos para efeito de análise comparativa. Há evidentes pontos de contato nas concepções de educação dos três autores, evidenciada graças à mesma leitura teórico-metodológica da realidade, fundamentada no materialismo histórico-dialético.

Essa opção teórico-metodológica evidencia também o compromisso desses autores com a transformação social e com a superação do modo de produção capitalista, o que confere às concepções de educação por eles formuladas uma clara dimensão política. Assim sendo, pode-se dizer que, para os três autores, a educação tem um sentido político que é proporcionar à classe trabalhadora o acesso ao conhecimento historicamente acumulado, ocasionando, segundo as palavras de Gramsci, a elevação do “grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e uma certa autonomia na orientação” desses trabalhadores.

É importante salientar, no entanto, que Marx, Engels e Gramsci produziram suas obras em momentos históricos distintos. Enquanto os dois primeiros escreveram seus trabalhos entre meados e fim do século XIX, o terceiro produziu na primeira metade do século XX. Essa distinção tem impacto fundamental na obra desses autores, já que as realidades nas quais eles estão imersos são diversas. O modo de produção capitalista esteve em estágios distintos de desenvolvimento durante os momentos históricos vividos pelos autores e, por isso, não se deve esperar que as análises coincidissem em sua totalidade.

O primeiro ponto de distanciamento se refere à questão mais específica da vinculação entre ensino e trabalho. Os autores defendem essa vinculação, no entanto, divergem quanto à interpretação dos termos, conforme destaca Manacorda:

*O trabalho para Gramsci é, essencialmente, um elemento constitutivo do ensino, semelhante ao que é o aspecto prático no ensino tecnológico em Marx; o trabalho não é um termo antagônico e complementar do processo educativo, ao lado do ensino em variadas formas, mas se insere*

*no ensino pelo conteúdo e pelo método. Enquanto em Marx, em suma, ocorre principalmente a integração do ensino, ainda dotado de plena autonomia e riqueza de conteúdo, no processo da fábrica, e em Gramsci, ocorre a integração do trabalho como momento educativo no processo totalmente autônomo e primário do ensino (MANACORDA, 2010, p. 144).*

Esta distinção, segundo ele, evidencia uma diferença tênue na interpretação que os dois autores têm sobre o caráter educativo do trabalho:

*Gramsci, na verdade, coloca o conceito e o fato de trabalho como princípio educativo imanente da escola elementar; e esse enfatizar ao mesmo tempo o momento conceitual e o fatural, o momento teórico e o prático, já se reporta a Marx. Porém, Marx se refere sobretudo à concepção que tem do trabalho como uma relação imediatamente instituída entre a sociedade e a natureza, para transformar a natureza e socializá-la, que fundamenta o equilíbrio entre ordem social e ordem natural: uma concepção que sintetiza todos os termos marxianos da história da indústria como relação real entre homem e natureza, e como processo de humanização da natureza. No entanto, é tipicamente gramsciano o modo como a sua proposta de trabalho como princípio e fundamento da escola elementar emana da análise do conteúdo educativo do ensino de base, à conclusão de um discurso que parte da diferenciação de dois elementos educativos fundamentais: as primeiras noções de ciências naturais e as noções de direitos e deveres do cidadão. São exatamente esses elementos “culturais” que determinam a natureza e a função educativa ainda do trabalho no pensamento de Gramsci [...] (MANACORDA, 2010, grifo meu).*

O destaque dado por Gramsci a esses elementos culturais do trabalho e da educação são, sem dúvida, o maior ponto de

distanciamento entre a obra do italiano e as de Marx e Engels. Esses elementos aparecem também no entendimento que Gramsci tem da escola enquanto aparelho de hegemonia, como produtores de ideologia e de cultura, seja dominante ou contra-hegemônica.

Como já foi dito, as condições históricas são determinantes para compreender as diferenças nas concepções destes autores. Enquanto Marx e Engels viveram na aurora do desenvolvimento do capitalismo industrial, Gramsci vivenciou outro estágio do mesmo modo de produção, no qual o fordismo trazia inúmeras transformações não só para o processo produtivo, mas também para o *habitus* da classe trabalhadora. Pode-se dizer que Gramsci teve uma visão privilegiada do processo de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, que o permitiu ter uma compreensão mais integral desse processo. O homem visto por Gramsci, sob a influência do fordismo, pode ser considerado um homem de novo tipo se comparado ao visto por Marx e Engels.

Ademais, Gramsci teve o privilégio de poder analisar as transformações da escola não só sob o capitalismo, mas também da escola do dito “socialismo real”, posto em prática na União Soviética, após a Revolução Russa. Por isso, foi possível a ele fazer uma reflexão muito mais aprofundada sobre as questões da relação trabalho e educação, conseguindo, por isso, apresentar uma proposta muito mais consolidada do que apresentaram os autores originais do pensamento marxista.

Ainda assim, não se deve desprezar a importância de Marx e Engels na elaboração da concepção de educação de base socialista, pois foi a partir das reflexões originais de ambos que se fundou a concepção de educação para a classe trabalhadora que vincula o trabalho produtivo ao ensino, com vistas a proporcionar a estes uma educação integral, ou seja, multilateral (onilateral).

As contribuições trazidas por Marx, Engels e Gramsci são de fundamental importância para a construção de novos horizontes educacionais para a classe trabalhadora. São incontáveis as experiências,

ao longo da história e atualmente, que se inspiraram nessas concepções para criar novas perspectivas de acesso ao conhecimento por parte dos trabalhadores. No entanto, é sempre importante salientar que qualquer projeto de educação para a classe trabalhadora que não esteja acompanhado de perspectivas de transformações sociais profundas e na construção de um horizonte emancipatório estará sempre fadada a servir menos ao trabalhador e mais ao *Capital*.

## Bibliografia

ENGELS, Friedrich. *Princípios Básicos do Comunismo*. Lisboa: Editorial Avante. 2006. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>. Acesso em julho de 2013.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MANACORDA, Mario A. *Marx e a Pedagogia Moderna*. Campinas: Alínea, 2010.

MARX, Karl. *Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. As Diferentes Questões*. Lisboa: Editorial Avante. 2008. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acesso em julho de 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 2 vols.



MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

SAVIANI, Demerval. O choque teórico da politecnicidade. In: *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.

